

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Titulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996



PLANO DE TRABALHO 2024

“LAR COMUNITÁRIO SANTA MARIA”

INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANENCIA PARA
IDOSOS – ILPI .SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL
ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE.



MARIANA, MAIO DE 2024

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

1- DADOS CADASTRAIS

1.1- IDENTIFICAÇÃO DO PROPONETE:

Nome da OSC: Obras Sociais Monsenhor Horta– Lar Comunitário Santa Maria

Endereço: Praça Dom Oscar de Oliveira, 31- São Pedro

Cidade: Mariana - MG

CEP:35.420- 206 Telefones:(31)3557-1650 (31) 3557-1425

Correioeletrônico:osmhsede@yahoo.com.br

Facebook: obras sociais monsenhor horta

Instagram: larcomunitariosantamaria

CNPJ:22.389.787/0001-68

- Utilidade Pública Federal nº: 63358 de 03/10/1968
- Utilidade Pública Estadual nº: 2454 de 25/09/1961
- Utilidade Pública Municipal nº: 1223 de 09/05/1996
- Registro CNAS nº: 045.435/60 de 13/05/1960 - Resolução nº 007 de 23/02/95
- Renovação do Certificado –CEBAS- Processo Nº 71000.059405/2020-54 -2022.
- Atestado de Registro de Entidade de Assistência Social – Minas Gerais nº 000.287
- Inscrição no CMAS nº: 0018

Número de inscrição no ConselhoMunicipaldeAssistênciaSocial:0018

Tipo de inscrição: (x) Entidade () Serviço

Público alvo: Acolhimento para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependencia.

Capacidade de atendimento: Até 60 pessoas

Área de abrangência: Municipio de Mariana/MG.

Dias e Horários de funcionamento: Diário 24h

Formas de Acesso: Por encaminhamentos ou requisição de políticas públicas setoriais, CREAS, demais serviços socioassistenciais, Ministerio Público, Poder Judiciario Demanda espontânea.

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Titulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996



IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL

Nome: Teresa Cristina dos Santos

RG: 11.406.234 SSP/MG

CPF: 042.899.346-09

Telefone: (31) 3557-1425 (31) 98513-0157

Vigência do mandato da diretoria atual: 01/04/2022 a 31/03/2025

1.2- IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO:

Nome: Isimar Nataly Linares Briceño

RG: F2629721

CPF: 706.601.096-54

Telefone: (31) 3557- 1650

E-mail: larsantamaria@yahoo.com.br

2- APRESENTAÇÃO GERAL:

2.1. Breve Histórico da Organização:

A “Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta”, fundada em 20 de junho de 1959, neste município, para manter serviços de apoio de assistencial, prestadas à idosos em situação de vulnerabilidade e risco social.

O Lar Comunitário Santa Maria é uma Instituição de Longa Permanência para Idosos- ILPI de direito privado sem fins lucrativos, foi criada em 20 de junho de 1992 com sede provisória (Rua Wenceslau Brás,88, Centro). Desde então, o “Lar” oferece aos seus residentes cuidado e bem estar físico e social, atendendo-os não somente em suas necessidades básicas, mas também na promoção da saúde e da cidadania, desenvolvendo atividades cotidianas que vislumbram cuidado especializado e melhora da qualidade de vida, possui capacidade para acolher até 60 idosos.

Lar Comunitário Santa Maria em conformidade com as Leis. 10.741 Estatuto do Idoso, Resolução 109 de Novembro de 2009, NOB- SUAS, NOB SUAS-RH e Resolução

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

283/2005 da ANVISA, busca garantir à população atendida pela Instituição aquilo que está preconizado nas diretrizes e normativas supracitadas, bem como trabalhar em "Rede" com os demais Equipamentos das políticas públicas setoriais e diretamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania- SEDESC, na qual estamos diretamente ligados pelo Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS e Conselho Municipal do Idoso- CMI, conforme determina o Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS.

3- DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

3.1

Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade- Acolhimento Institucional para idosos em regime de longa permanência. ILPI

3.2 Período de Execução:

Diário /contínuo.

3.3 Diretoria vinculada à parceria: Diretoria/coordenadoria da Proteção Social Especial de Alta Complexidade – SEDESC

3.4 Objeto:

Formalização de parceria, com transferência de recursos para custeio de despesas com quadro de profissionais recursos e encargos trabalhistas, entre a Prefeitura de Mariana e a Organização da Sociedade Civil “ ILPI- Lar Comunitário Santa Maria” visando a oferta de Serviço de Proteção Social Especial para 60 idosos com diferentes Graus de Dependência(RDC-283/2005 e RDC 502/2021) clínica e socialmente vulnerabilizadas.

3.5 Descrição da realidade que será objeto da parceria:

A realidade social do segmento populacional idoso do Município de Mariana se assemelha ao contexto Nacional. Levando-se em consideração as particularidades de cada município brasileiro, fato é que; Segundo estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas- IBGE (2010) nas próximas décadas haverá um aumento significativo da população idosa no Brasil.

Cientes da necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas já existentes para o segmento populacional idoso do município de Mariana, a Instituição de Longa Permanência

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996



Para Idosos- Lar Comunitário Santa Maria, em conformidade com as Lei. 10.741, Resolução 109 de Novembro de 2009, NOB- SUAS, NOB SUAS-RH e Resolução 283/2005 e RDC 502/2021 da ANVISA, busca garantir à população atendida pela Instituição tudo o que esta preconizado nas diretrizes supracitadas. Enquanto parte integrante da Política Pública de Atendimento a pessoa idosa do Município de Mariana a ILPI- Lar Comunitário Santa Maria através de sua equipe técnica vem trabalhando no atendimento socioassistencial dos usuários do serviço, como viabilizador de direitos sociais da pessoa idosa como descrito na Lei 10.741, Título II, Capítulo I, Do Direito à Vida - Art.8º " O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social , nos termos desta Lei e da legislação vigente". Em parceria com variadas políticas setoriais do município de Mariana- MG, a ILPI acolhe e trata todas as demandas operacionalizando de forma técnica e humanizada cada idoso por ela acolhido, procurando sempre minimizar os possíveis danos psicossociais deste processo, que em sua cerne já é verificado a violação de algum direito social.

3.6 Justificativa

As ILPIs integram um sistema de cuidados. O cuidar não só é a entrega de um serviço, uma assistência, o cuidado é a mão que acaricia e acolhe (BOFF, 2020). Segundo Regina Waldow, os objetivos de cuidar envolvem aliviar, confortar, ajudar, favorecer, promover, restabelecer, restaurar, dar, fazer e, acontece mesmo na ausência de alguma enfermidade (WALDOW et al., 2011). Atuam no cuidado aos idosos, dentro de uma ILPI, uma equipe multiprofissional, que envolve enfermeiros, médicos, psicólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais, fonoaudiólogos , nutricionistas , cuidadores, setor administrativo , operacional e manutenção predial.

A ILPI- Lar Comunitário Santa Maria é uma instituição de direito privado de natureza filantrópica sem fins lucrativos, é hoje no município de Mariana- MG o serviço de referência socioassistencial no acolhimento institucional em regime de longa permanência para idosos. Fundada em 1992 pela igreja católica através do olhar cristão e social de Monsenhor Vicente Dilascio, por muitos anos a Instituição foi coordenada de forma totalmente "altruista" contando apenas com a contribuição dos idosos e doações da comunidade.

O advento das políticas Públicas voltadas para esse seguimento populacional, e com o passar dos anos todas as ações de atendimento aos idosos institucionalizados passaram a ser

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

norteadas em especial pela Lei 10.741/2003 Estatuto do Idoso e RDC 283/2005 ANVISA e posteriormente pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais- Resolução 109/2009.

As diretrizes orientadoras e reguladoras do serviço de acolhimento institucional foram sendo apropriadas pela ILPI com cada competência técnica de forma interdisciplinar e multiprofissional , buscando sempre o aperfeiçoamento e melhoramento da qualidade no atendimento de cada usuário do serviço.

O aperfeiçoamento do Serviço de acolhimento de Idosos em regime de Longa Permanência , perpassa fundamentalmente pelo reconhecimento e ações do Estado em seu sentido amplo, Federal, Estadual e Municipal, como uma instituição parceira na prestação de um serviço público. Para atender as exigências das diretrizes a um bom funcionamento é necessário que se formalizem parcerias público /privado, como é o caso da ILPI- Lar Comunitário Santa Maria Conforme levantamento de dados referente ao ano 2022, observa-se o seguinte perfil do público atendido em relação às categorias de análise: sexo, faixa-etária, localidade, formas de acesso.

LISTA INTERNOS DO LAR COMUNITÁRIO SANTA MARIA						
JAN/2023						
Nº	INTERNO	D.E	D. N	ID	LOCAL	FORMAS DE ACESSO
1	ALDA ALVES VIANA	06/11/2017	02/02/1941	81	OURO PRETO	DEMANDA ESPONTANEA
2	ALFREDO BANDONI (Arquidiocese de Mariana)	05/09/2020	26/05/1930	92	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
3	CARLOS ROBERTO DE PAULA	12/01/2021	02/01/1964	58	MARIANA	JUDICIAL/CREAS
4	CARLOS VASCONCELOS	01/07/2019	09/05/1950	72	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
5	CECÍLIA DE OLIVEIRA CARNEIRO	06/11/2013	21/06/1945	77	OURO PRETO	JUDICIAL/CREAS/OP
6	CONCEIÇÃO DE DEUS DA SILVA	19/03/1993	08/03/1947	75	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
7	CREUSA FERREIRA CORREA	06/06/2022	13/06/1947	75	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
8	CUSTODIO SIVIRINO DE OLIVEIRA NETO	16/12/2022	07/02/1946	76	MARIANA	JUDICIAL/SAD/CREAS
9	DONATO DAS DORES PEREIRA	19/12/2013	08/04/1938	84	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
10	EFIGENIA FRANCISCO	09/05/2022	23/09/1930	91	MARIANA	JUDICIAL/CREAS
11	EFIGENIA BENTA RODRIGUES	04/01/2019	04/08/1954	68	MARIANA	CREAS
12	EFIGENIA OLIVEIRA	15/09/2011	20/04/1933	89	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
13	EFIGENIA DOS SANTOS	14/01/2014	12/07/1925	97	MARIANA	CREAS
14	ELIAS ROCHA DA CONCEIÇÃO	05/11/2021	01/10/1955	66	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
15	ELZA BRAGA	22/05/2021	04/11/1941	80	MARIANA	CRAS/SAD/PSF
16	FRANCISCA DE RAMOS SATYRO	23/07/2021	14/02/1938	84	MARIANA	CREAS
17	FRANCISCA MARTINS OLIVEIRA	14/01/2010	25/03/1926	96	MARIANA	CREAS
18	GERALDO ACÁCIO DE SOUZA	01/10/2012	05/01/1936	86	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
19	GERALDO ALEXANDRE	29/07/2011	09/02/1931	91	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
20	ISABEL FRANCISCA FERREIRA	19/12/2012	03/07/1933	89	BARRA LONGA	JUDICIAL/CREAS/B.LONGA

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74

Titulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

Comissão do Terceiro Setor
Folha 007
Município de Mariana MG

21	IZABEL RAINHA DE PORTUGAL	03/11/2020	08/07/1939	83	MARIANA	CRAS/PSF
22	IRMA PEDRO GONÇALVES	27/11/2019	29/06/1949	73	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
23	JARBAS DOS SANTOS FREITAS	11/12/2008	09/09/1951	70	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
24	JOÃO EUSTÁQUIO	17/12/2013	20/09/1952	69	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
25	JOSÉ INOCENTE FILHO	14/02/2005	31/12/1938	83	OURO PRETO	DEMANDA ESPONTANEA
26	JOSE JOÃO BATISTA	21/12/2022	29/08/1941	81	MARIANA	JUDICIAL/SAD/CREAS
27	JULIA ABREU DE AZEVEDO	31/10/2022	10/07/1927	95	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
28	LOURDES MARTINS PINHEIRO	23/06/2015	22/01/1948	74	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
29	LUIZ BENIGNO VEIRA	25/10/1995	10/07/1942	80	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
30	LUIZ DIOGO DE VASCONCELOS	18/02/2021	09/05/1939	83	MARIANA	CREAS
31	MANOEL PATRÍCO GOMES	09/01/2020	04/10/1936	85	MARIANA	CREAS
32	MARIA ALVES LACERDA	25/07/2022	01/02/1944	78	MARIANA	JUDICIAL/CREAS
33	MARIA CLAUDINA DIAS	10/04/1997	23/04/1976	46	MARIANA	JUDICIAL
34	MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES PEREIRA	29/08/2010	27/08/1951	71	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
35	MARIA DA CONCEIÇÃO LONGUINHO	27/12/2019	15/02/1929	93	MARIANA	CRAS/DISTRITO/PSF
36	MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA	24/04/2019	15/03/1926	96	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
37	MARIA DA GRAÇA DA LUZ	23/05/2018	30/06/1957	65	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
38	MARIA DE JESUS DE SOUZA	27/07/2018	21/06/1963	59	MARIANA	JUDICIAL/CREAS
39	MARIA DE LOURDES NERY	25/10/2014	01/11/1946	75	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
40	MARIA DE LOURDES OLIVEIRA	09/06/2021	02/02/1956	66	MARIANA	JUDICIAL/CREAS
41	MARIA FERREIRA	04/07/2022	27/06/1927	95	MARIANA	CRAS/SAD/PSF
42	MARIA JOSÉ DE JESUS CALISTO	12/01/2012	19/04/1944	78	MARIANA	JUDICIAL/CREAS
43	MARIA JOSÉ PATROCÍNIO DE LIMA	12/01/2022	27/04/1947	75	MARIANA	CREAS
44	MARIA MAGELLA DA CONCEIÇÃO	04/02/2015	12/03/1941	81	OURO PRETO	DEMANDA ESPONTANEA
45	MARIA SILVÉRIO ANASTACIA	04/07/2018	20/06/1943	79	MARIANA	CRAS/DISTRITO/PSF
46	MARINEUZA DE OLIVEIRA	04/04/2022	02/02/1952	70	MARIANA	CRAS/CREAS
47	MIRIAM NAVARRO COUTINHO	01/06/2011	09/03/1948	74	BARÃO COCAIS	DEMANDA ESPONTANEA
48	MURILO SIMEÃO	14/02/2008	18/02/1937	85	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
49	OLINDA EPIFÂNIA	27/12/2019	04/04/1945	77	MARIANA	CRAS/DISTRITO/PSF
50	OLINDA RODRIGUES	16/04/2022	10/03/1938	84	MARIANA	CREAS
51	ONOFRE BALBINO DA SILVA	11/09/2008	20/05/1942	80	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
52	RAIMUNDO JOSÉ DA CONCEIÇÃO	05/11/2021	03/10/1950	71	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
53	RAIMUNDO NONATO MENDES	20/03/2018	08/01/1936	86	ACAIACA	CRAS/ACAIACA
54	REGINA DA SILVA	23/07/2021	17/07/1930	92	MARIANA	CREAS
55	ROSÁRIA IZABEL MOREIRA	10/02/1993	12/07/1955	67	MARIANA	DEMANDA ESPONTANEA
56	TEREZINHA FRANCISCA DE PAULA	14/01/2016	16/04/1933	89	MARIANA	JUDICIAL/SAD/CREAS
57	VERA LÚCIA GONÇALVES BASSO	02/09/2021	28/07/1948	74	MARIANA	CAPS
58	VICENTE DE PAULA FERNANDES	28/01/2022	20/07/1953	69	MARIANA	JUDICIAL/CREAS
59	VILMA EDUIGES SILVA	17/02/2021	16/10/1955	66	MARIANA	CREAS
60	VITAL ALVES	21/08/2012	07/09/1949	72	OURO PRETO	CREAS/OP- A. PEREIRA

TOTAL DE HOMENS = 21 *(Marcador- azul)
TOTAL DE MULHERES = 39 *(Marcador- vermelho)
TOTAL DE INTERNOS= 60

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

- Demanda Espontânea: Acolhimento realizado após visita domiciliar e avaliação social e clínica-.Técnicos Responsáveis- Assistente Social e Enfermeira, 27 usuarios.
- Encaminhamentos das políticas públicas setoriais- Assistência Social e Saúde, 33 usuarios.
- Três usuários menores de 60 anos acolhidos por determinação Judicial.
- Apenas um usuário não contribuiu com 70% (Lei 10.741, Artº35) a pedido da Arquidiocese de Mariana.
- RDC 283/2005 e RDC 502/2021, Total de idosos por Grau de dependencia no momento:
- GRAU I- 16 idosos(dependentes para uma para uma AVD)
- GRAU II- 25 idosos(dependentes para duas ou mais AVDs)
- GRAU III-19 idosos(dependentes para todas as AVDs e AIVD)

A institucionalização no formato de longa permanência para idosos é considerada uma medida protetiva, logo que verificadas situações de violações de direitos, em especial que necessite ser assegurado a integridade física e psicossocial do idoso.

A Instituição participa também de editais do setores público e privado buscando parcerias para execução de projetos que visem a melhoria do atendimento no que tange a parte de infraestrutura e insumos na operacionalização do serviço.

4- OBJETIVOS

4.1- Objetivo Geral

Acolher idosos em regime de abrigo de longa permanência, viabilizando o desenvolvimento da cidadania com promoção de bem estar, através do suporte de cuidados na realização das Atividades de Vida Diária- AVDs e Atividades Instrumentais de vida Diária- AIVD que visem à melhoria na condição e qualidade de vida do usuário.

4.2- Objetivos Específicos

- Oferecer cuidado especializado aos idosos tendo em vista suas necessidades cotidianas e particulares;
- Oferecer alimentação de qualidade considerando a necessidade nutricional de cada um;
- Atender os idosos através de cuidados referentes à saúde física e psicossocial;
- Proporcionar a socialização entre os idosos promovendo a cidadania;
- Favorecer um ambiente saudável de convivência para a permanência dos idosos na

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 008
Município de Mariana MG

ILPI enquanto houver a necessidade do abrigamento;

- Realizar atendimento técnico especializado aos idosos visando a manutenção dos vínculos familiares e comunitários , prevenindo a ruptura total destes vínculos.
- Atender de forma interdisciplinar e multiprofissional as demandas apresentadas por cada usuário do serviço de forma individual e coletiva.
- Assegurar o atendimento dentro das diretrizes orientadoras do serviço de acolhimento de ILPI.

5- METAS/ PERIODICIDADE E INDICADORES DE MONITORAMENTO E DE AVALIAÇÃO

Objetivo Específico	Metas	Periodicidade	Ações estratégicas	Indicadores de monitoramento
Oferecer cuidado especializado aos idosos tendo em vista suas necessidades cotidianas e particulares AVDs e AIVDs.	Suprimir o risco psicossocial e clínico .	Diário	Manutenção do fluxo operacional e técnico, diário em conformidade com diretrizes orientadoras para o serviços de ILPI.	Número de acolhimentos, evolução clínica e psicossocial do usuário.
Realizar atendimento técnico especializado aos idosos visando a manutenção dos vínculos familiares prevenindo a ruptura total destes vínculos.	Manutenção da participação da família ou representante legal do usuário nas tomada de decisões.	Diário/agendado	Oferta/incersão da participação da família ou representante legal do usuário nas tomada de decisões.	Participação da família Melhor adaptação do idoso. Menor intervenção clínica/ medicamentosa.
Proporcionar a socialização entre os idosos promovendo a cidadania e fortalecimento das relações comunitárias.	Diminuir o impacto psicossocial do processo de institucionalização	Diário/agendado	Comemoração mensal dos aniversários. Atividades de terapia ocupacional e psicologia, em grupo e individualizadas. Atividade comunitárias-respeitando os protocolos-COVID-19. Passeios turísticos – em pequenos grupos e individualizados. Passeios as residencias de parentes e amigos.	Melhor adaptação do idoso. Menor intervenção clínica/ medicamentosa.

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

Assegurar o atendimento dentro das diretrizes orientadoras do serviço de acolhimento de ILPI.	Melhorar o atendimento tanto operacinal/técnico quanto de infraestrutra no atendimento aos idosos.	Diário	Capacitações continuadas da equipe. Parceceras público/privado.	Realização do Censo-SUAS. Inspeção anual Sanitária- V.Sanitária Inspeção anual- Ministério Público Inspeção aunal – CBMMG Inspeção anual – COREN demais conselhos Regionais-MG Regularidade- Fiscal
---	--	--------	--	--

<p>[Faint, illegible text in the first column of the main table]</p>	<p>[Faint, illegible text in the second column of the main table]</p>	<p>[Faint, illegible text in the third column of the main table]</p>	<p>[Faint, illegible text in the fourth column of the main table]</p>	<p>[Faint, illegible text in the fifth column of the main table]</p>
<p>[Faint, illegible text in the sixth row, first column]</p>	<p>[Faint, illegible text in the sixth row, second column]</p>	<p>[Faint, illegible text in the sixth row, third column]</p>	<p>[Faint, illegible text in the sixth row, fourth column]</p>	<p>[Faint, illegible text in the sixth row, fifth column]</p>
<p>[Faint, illegible text in the seventh row, first column]</p>	<p>[Faint, illegible text in the seventh row, second column]</p>	<p>[Faint, illegible text in the seventh row, third column]</p>	<p>[Faint, illegible text in the seventh row, fourth column]</p>	<p>[Faint, illegible text in the seventh row, fifth column]</p>

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996



6- METODOLOGIA

Acolher até 60 idosos via estudo socioeconômico, em regime de longa permanência, mediante o termo de responsabilidade/contrato dos familiares, determinação judicial/ medida protetiva e ou encaminhamentos das políticas setoriais de assistência social e saúde. A instituição em contrapartida propõe suprir as necessidades inerentes ao estágio de vida do acolhido, com acompanhamento médico, enfermagem, nutricional, socioassistencial, fisioterápico, terapêutico ocupacional, dentista, fonoaudiologia, psicologia e espiritual se assim o idoso desejar, respeitando sempre as necessidades individuais das AVDs.

O cumprimento desses objetivos perpassam pela organização administrativa e operacionalização do serviço. A melhoria nos processos da equipe técnica e operacional passa por reuniões mensais, com previsão de capacitações mensais e/ou anuais, preconizando uma formação continuada.

O atendimento é diário 24h por dia com a oferta de serviços de enfermagem, higiene alimentação, e acompanhamentos multiprofissionais e interdisciplinares conforme cronograma de atendimento.

Alimentação	A alimentação dos internos é preparada por equipe qualificada priorizando as necessidades nutricionais particulares de cada interno, dada às necessidades de prescrição médica (dietas). As refeições são oferecidas em seis porções (café da manhã, lanche, almoço, lanche, jantar e ceia/lanche). É realizada hidratação oral constantemente. É facultado ao interno e aos familiares, complementações com frutas e outros gêneros, desde que não haja restrição médica, em conformidade com a Lei 10.741 em seu Capítulo IX - Da Habitação, Artº 37º §3º.
Cuidados com a Higiene Pessoal	A higiene pessoal dos internos é realizada pela equipe de cuidadores, que oferece banhos, trocas de fraldas e roupa, higienização pós refeições, cuidados com manicure e barbearia, priorizando o cuidado e a valorização da auto-estima, em conformidade com a Lei 10.741 em seu Capítulo IX - Da Habitação, Artº 37º §3º.
Saúde/médica/ enfermagem	Antes do acolhimento, é realizada uma avaliação da enfermagem/Enfermeira que visa a determinação do grau de dependência dos novos internos, assim como evolução dos quadros após o acolhimento junto ao serviço de geriatria, tanto com intervenções de ordem curativa quanto preventiva (acompanhamentos e periódicos). Há também os cuidados da equipe de técnicos de enfermagem diuturnamente, que além da administração de medicamentos e realização de curativos quando necessários, efetuam monitoramento, cuidados estes que visam a manutenção da saúde e priorizando o cuidado preventivo,

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhse@yaho.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

	<p>buscando assim diminuir a manutenção da doença, em conformidade com a Lei 10.741- Título II, Dos Direitos Fundamentais- Capítulo IV, Do Direito a Saúde em específico ao Artº 18.</p> <p>São realizadas avaliações após o acolhimento, encaminhando os usuários aos serviços do SUS quando necessário.</p>
Fisioterapia	<p>O serviço fisioterápico é ofertado a todos os internos após encaminhamento médico, sempre voltados para manutenção e prevenção preconizando a necessidade de manutenção da autonomia do idoso.</p>
Fonoaudiologia	<p>A fonoaudiologia para idosos é fundamental para prevenir, amenizar ou reverter a perda da audição, dependendo do tipo e da gravidade. Além disso, ela pode corrigir e fortalecer os músculos da deglutição, que também sofrem alterações com o avanço da idade, reduzindo significativamente intervenções por dietas enteais/ nasogastricas.</p>
Serviço Nutricional	<p>O serviço nutricional é ofertado diariamente. É feito acompanhamento no preparo das refeições e atendimento individual a cada idoso conforme necessidades nutricionais e ou indicações medicas , através da alimentação busca-se garantir melhoria e qualidade de vida ao institucionalizado.</p>
Assistente Social	<p>Realização de estudo socioeconômico com a finalidade de analisar as condições de vivência social do idoso junto ao núcleo familiar, capacidade de interação social em comunidade e condições de vulnerabilidade social. Durante o período de institucionalização , prioriza-se a manutenção dos vínculos familiares quando existentes, e a promoção de qualidade de vida buscando diminuir ao máximo os impactos (negativos) possíveis oriundos do processo de institucionalização em conformidade com a Lei 10.741- Título IV- Da Política de Atendimento ao Idoso, Capítulo II- Das Entidades de Atendimento ao Idoso- Artº 49º.</p>
Psicologia	<p>O psicólogo numa ILPI pode realizar psicoterapia individual e grupal, com o objetivo do controle emocional, fazendo com que o idoso compreenda o processo de envelhecimento, e se sinta capaz de ter a autonomia de cuidar de si mesmo e dos outros, dentro das limitações que a idade lhe impõe. Amenizando o impacto do processo de institucionalização.</p>
Terapeuta Ocupacional	<p>A terapia ocupacional realiza um trabalho de manutenção e prevenção das capacidades cognitivas e motora dos idosos, através de atendimentos individuais e em grupos.</p>
Oficina/ voluntariado	<p>Ação de voluntariado que auxilia na locomoção dos idosos como caminhadas, momentos de lazer com contação de histórias e contos, importantes para o fortalecimento dos vínculos sócio comunitários. (Suspensos desde março de 2020- COVID-19)</p>
Odontologia	<p>Atua na prevenção e cuidados na higiene e saúde bucal, capacita e orienta os profissionais da ILPI, cuidadores e enfermagem a realização dos cuidados de higiene.</p>

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 010
Município de Mariana MG

7- CRONOGRAMA ANUAL DAS ATIVIDADES.

ATIVIDADE	PERIODICIDADE	DESCRIÇÃO
médico/Geriatria	Semanal (uma vez)	Consulta/medicações/controle e prevenção
Fisioterapia	Diário	Exercícios/prevenção/manutenção e fortalecimento muscular.
Enfermagem	Diário	Administração Medicações/curativos/avaliação de intercorrências/acompanhamento em consultas e TFD.
Nutricionista	Diário	Controle e acompanhamento nutricional
Serviço Social	Diário	Estudo Social/acolhimento/acompanhamento familiar individual.
Terapia Ocupacional	Semanal(tres vezes)	Atendimento em grupo/individual. oficina de memória/corpo
Psicologia	Semanal (uma vez)	Atendimento psicoterapico , individual e grupal.
Higiene pessoal/cuidadoras	Diário	Banho, alimentação Barbearia, manicure e pedicure.
Odontologia	Semanal (uma vez)	Atendimento clinico manutenção e preventivo da saúde bucal.
Celebração de Aniversários e Passeios	Mensalmente(uma vez)	Celebração de aniversários quando acordado com familiar/passeios quanto a disponibilidade de recursos.
Assistência Espiritual	Diário e semanal	Idosos manifestam sua vontade conforme seu segmento religioso.

8 - Área de abrangência:
Municipal

8.1- PúblicoAlvo:

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

Idosos com idade igual ou superior a 60 anos conforme determina a Lei 10.741.

8.2- Capacidade de Atendimento:

Até 60 idosos.

8.3- Horário de Funcionamento do Serviço:

Diário: 24h

9- RECURSOS HUMANOS:

LAR COMUNITÁRIO SANTA MARIA- COLABORADORES

Nº	01/01/2023	Funções	Vínculo	Escolaridade	C. Horaria
1	ANA JÚLIA DA SILVA	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
2	ANA CLARICE SALUM BARROSO	Fisioterapeuta	CLT	Superior	10H semanais
3	ANA LUIZA RIBEIRO DOS REIS	Psicóloga	CLT	Superior	10H semanais
4	ANGELA CARNEIRO DOS SANTOS SOUZA	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
5	ARLINDA PATRICIA VILELA	Serviços gerais	CLT	Fundamental	12x36
6	CAMILA PIMENTEL GARUBA	Terapeuta ocupacional	CLT	Superior	10H semanais
7	CARLOS BRITO PINHEIRO	Auxiliar administrativo	CLT	Superior	40H semanais
8	CAROLINA SOARES PRADO DE SOUZA	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
9	DAIANE ZITA DA SILVA TELECIO	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
10	DÉBORA PAIVA DE SOUZA	Enfermeira/ Esp. Cuidados Paliativos.	CLT	Superior	20H semanais
11	DENISE DA SILVA	Serviços gerais	CLT	E. Médio	12x36
12	EFIGENIA CRISTINA SIMÕES ANDRE DE MELO	Enfermeira	CLT	Superior	20H semanais
13	ELZA MARIA FERREIRA	Serviços gerais	CLT	Fundamental	12x36
14	ERICKA FERNANDA EVANGELISTA	Tec. enfermagem	CLT	E. Médio	12x36
15	EUZELI RODRIGUES DE SOUZA PEREIRA	Serviços gerais	CLT	Fundamental	12x36
16	FABIANA DO CARMO PENA	Supervisora cuidados	CLT	E. Médio	12x36
17	FERNANDA APARECIDA DA COSTA	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
18	GLAUCILENE ANDRADE DIAS	Assistente administrativo	CLT	E. Médio	40H semanais
19	IR. ISIMAR NATALY LINARES BRICEÑO	Coordenadora	CLT	E. Médio	40H semanais
20	JANE NEPOMUCENO RAIMUNDO	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
21	JOSÉ CRISTOVÃO DE JESUS	Encarregado manutenção	CLT	Fundamental	44H semanais
22	JOSÉLIA JÚLIA DA SILVA	Serviços gerais	CLT	Fundamental	12x36
23	JULIANA GERALDA MENDES	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
24	KELLY ROMUALDO	Serviços gerais	CLT	Fundamental	12x36
25	LARISSA BORGES DE OLIVEIRA	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36



Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhse@yaho.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 011
Município de Mariana MG

26	LETICIA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
27	LENICE DO CARMO LEONÇO GONÇALVES	Serviços gerais	CLT	Fundamental	12x36
28	LUCIA BRANDÃO DE OLIVEIRA	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
29	LUCIENE FERREIRA DA CRUZ RIBEIRO	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
30	LUCIMARA LIMO DE MELO	Nutricionista/Esp. nutrição idosos	CLT	Superior	25H semanais
31	MARCIA CILENE DE SOUZA	Tec. Enfermagem	CLT	E. Médio	12x36
32	MARIA APARECIDA CLEMENTINO PINHEIRO	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
33	MARIA APARECIDA EPIFANIO	Tec. Enfermagem	CLT	E. Médio	12x36
34	MARIA DA GLORIA FONSECA BORGES	Tec. enfermagem	CLT	E. Médio	12x36
35	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS PROCOPIO	Cozinheira	CLT	Fundamental	12x36
36	MARIA GERALDA DAS DORES CAETANO	Cozinheira	CLT	Fundamental	12x36
37	MARIA LÚCIA PEREIRA CORREA	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
38	MARISA FERREIRA	Tec. enfermagem	CLT	E. Médio	12x36
39	MERCÊS DA CONCEIÇÃO ROSA PATRÍCIO	Cozinheira	CLT	Fundamental	12x36
40	MODESTINA AUGUSTA ANSELMO PIMENTEL	Serviços gerais	CLT	Fundamental	12x36
41	NATHÁLIA ANDRADE CARDOSO	Aux. Administrativo	CLT	Superior	6H semanais
42	ORELIAS DA COSTA	Encarregado manutenção	CLT	Fundamental	44H semanais
43	RAQUEL BARBOSA NATIVIDADE DE OLIVEIRA	Supervisora cuidados	CLT	E. Médio	12x36
44	REGENI ARLINDA FONSECA	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
45	RENATA FIGUEIREDO MOL	Fonoaudióloga/Esp. Idosos	CLT	Superior	10H semanais
46	SILVIA AFONSO DOS SANTOS	Tec. enfermagem	CLT	E. Médio	12x36
47	SILVIA CELIA MESSIAS FERREIRA	Cozinheira	CLT	Fundamental	12x36
48	SUELI FIGUEIREDO COTA TOMAZ	Cuidadora	CLT	E. Médio	12x36
49	TERESA CRISTINA DOS SANTOS	Assistente Social/Gerontologista	CLT	Superior	30H semanais

*cadastros disponíveis no Censo-SUAS.

9.1 LISTA DE FUNCIONÁRIOS CEDIDOS PARA ILPI.

FUNCIONÁRIOS	CARGO	PERIODICIDADE NA INSTITUIÇÃO
Cedidos mediante parceria termo de cooperação com a Secretaria de Saúde		
BERNALLI PINTO DINIZ	MÉDICO-GERIATRA	1 VEZ POR SEMANA- terça-feira
SEM PROFISIONAL ESPECÍFICO/DISPONIBILIDADE	DENTISTA	1 VEZ POR SEMANA- terça-feira

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

10- IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS:

ESPAÇO FÍSICO	QUANTIDADE
Sala para Terapia Ocupacional e Psicologia	01
Sala para secretaria	01
Refeitório	01
Salas para oficinas e atividades didáticas,	01
Banheiros adaptados (barras de apoio e portas com capacidade para trânsito de cadeirantes)	15
Sala para recepção	01
Sala de coordenação	01
Sala para atendimentos acolhimento / assistente social	01
Sala de atendimento médico/nutricional/fonoaudiologia	01
Salão de convivência	01
Pátio	01
Dormitórios	15
Banheiros colaboradores	03
Banheiros visitantes	02
Consultório odontológico	01
Sala visitas familiares e amigos	01
Galpão/manutenção predial	02
Cozinha	01
Sala de televisão	01
Lavanderia	01
Capela	01
Sala fisioterapia	01
Dispensas	02
Almoxarifado	01
Depósito Geral	01
O espaço físico possui rampa de acesso de apoio e outras estruturas adequadas para garantir a segurança e o bem estar dos atendidos. Conforme RDC283/2005 e RDC 502/2021 ANVISA	

10.1 A sede da Entidade é:

- ()alugada
(X) própria
()cedida/permissão de uso.

11-EXECUÇÃO FINANCEIRA DO SERVIÇO - DETALHAMENTO DAS DESPESAS:

Anexo I- ORÇAMENTO BASE – FRALDAS

11.1- Prestação de contas será apresentada semestralmente ou conforme demanda/definição do Gestor Municipal, Em conformidade com a LEI. 13.019/2014.

12-OUTRAS FONTES DE RECURSOS DA ENTIDADE:

Previsão de Receita para 2024- ILPI- Lar Comunitário Santa Maria:

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

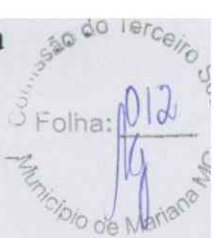
Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996



Idosos 70%(Art35º,Lei 10.741) R\$ 50.904,00 (mês)

Alugueis - R\$ 101.274,40 (mês)

Soma aproximada das receitas = R\$ 152.178,40

13-DECLARAÇÕES E ANEXOS :

ANEXO I : ORÇAMENTO BASE: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS

ANEXO II : CERTIDÕES E DECLARAÇÕES.

Obras Sociais de Auxílio à Infância e a Maternidade Monsenhor Horta

CNPJ 22.389.787/0001-68

Escritório Sede: Praça Dom Oscar de Oliveira-31 – São Pedro– Caixa Postal 43 - CEP 35.420.206 – Mariana – MG.

Tel /Fax 31-3557.1425 Email – osmhsede@yahoo.com.br

Registro CNAS 174/2001 – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS – Processo 243.604/74 –

Títulos: Utilidade Pública Federal – Dec. 63.358 de 03.10.1968

Utilidade Pública Estadual – Lei 2454 de 25.09.1961 / Utilidade Pública Municipal Lei 1223 de 09.05.1996

DECLARAÇÃO

Eu, Teresa Cristina dos Santos, na qualidade de representante legal da Organização da Sociedade Civil – OSC Lar Comunitário Santa Maria , declaro, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Mariana- MG , para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com este Poder, na forma deste plano de trabalho.

Nestes termos, peço e espero deferimento.

Respeitosamente,



Teresa Cristina dos Santos
Presidente- OSMH

Mariana, 27 de Maio de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 023/2024

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARIANA E OBRAS SOCIAIS DE AUXÍLIO À INFÂNCIA E A MATERNIDADE MONSENHOR HORTA - LAR COMUNITÁRIO SANTA MARIA, PARA OS FINS QUE ABAIXO ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE MARIANA**, pessoa de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.295.303/0001-44 e Inscrição Estadual isento, com sede nesta Cidade na Praça JK, s/nº, bairro Centro, CEP 35420-003, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Celso Cota Neto, portador da RG nº 1.790.008 SSP MG e do CPF nº 256.195.511-72, residente e domiciliado nesta Cidade e a Organização da Sociedade Civil **OBRAS SOCIAIS DE AUXÍLIO À INFÂNCIA E A MATERNIDADE MONSENHOR HORTA - LAR COMUNITÁRIO SANTA MARIA**, com sede na Praça Dom Oscar de Oliveira, nº 31, bairro Colina de São Pedro, Mariana/MG, CEP 35420-206, inscrita no CNPJ sob o nº 22.389.787/0001-68, neste ato representado por seu Presidente Teresa Cristina dos Santos, portadora do CPF nº 042.899.346-09 e RG nº MG-225.123, doravante denominada OSC, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO se fundamenta nas disposições da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2.014, no Decreto Municipal nº 11.806 de 18 de abril de 2024, nas Emendas Impositivas constantes na Lei Municipal nº 3.749, de 29/12/2023 que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2024. Esse Termo baseia-se nas informações contidas no Processo Administrativo nº 4685/2024, relativo ao procedimento de inexistência de chamamento público, nos termos do art. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO a concessão de apoio financeiro da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** à OSC para garantir a continuidade do projeto social de assistência aos idosos, em regime de abrigo de longa permanência, conforme definido no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS E DA GESTÃO

3.1 - As atividades alusivas ao objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO serão executadas pela OSC sob supervisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE que realizará o controle e fiscalização.

3.2 - Ficam reservados à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE os direitos de assunção do objeto do presente termo, a qualquer tempo, assim como da transferência de responsabilidade sobre aquele, no caso de paralisação das atividades ou da ocorrência de fato relevante que venha a prejudicar lhe o andamento, de modo a evitar a descontinuidade do projeto.

3.3 - Os agentes públicos responsáveis pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, designados por meio da portaria, que deverá ser publicada no Diário Oficial Eletrônico de Mariana - DOEM serão os seguintes: GESTOR: ALLANA DRUMMOND ARMOND, inscrita no CPF sob o nº 058.170.936-50, matrícula nº 34.382e como SUPLENTE, HELGA TABARI GONZAGA TEIXEIRA, inscrito (a) no CPF sob o nº 043.471.356-29, matrícula nº 38.918.

3.4 - Ao Gestor qualificado no item 3.3 deste instrumento, compete realizar todas as atividades previstas no Decreto Municipal nº 11.806/2024, em especial nos artigos 54; 71 a 73; e 75 a 77.

CLÁUSULA QUARTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1 - A sistemática de monitoramento e avaliação desta parceria, observará os procedimentos delineados na Seção VII, do Capítulo V, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

4.2 - O Gestor poderá promover visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, podendo notificar a OSC com antecedência em relação à data da visita, observando o estabelecido em Ato Normativo Setorial, se houver.

X



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

4.3 - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas, tais como redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos que permitam verificar os resultados da parceria.

4.4 - O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o cronograma de execução e o desembolso dos recursos previsto no Plano de Trabalho.

4.5 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada por meio da Portaria nº 008, de 20/03/2017 e alterações posteriores, atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

4.6 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, o relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo gestor da parceria, que deverá conter os elementos elencados no art. 73, § 1º, incisos I ao VI, Decreto Municipal nº 11.806/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DA DOTAÇÃO

5.1 - Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a OSC, que ocorrerá após assinatura do presente termo e conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

5.2 - O valor global dos recursos públicos da parceria é de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, oriundos dos recursos financeiros do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE na dotação orçamentária nº **0701.10.301.0024.2.652-335043 1500 ficha 1002**, que serão depositados em conta bancária específica.

5.3. A liberação dos recursos ocorrerá em uma única parcela, de acordo com o disposto no Plano de Trabalho a que se refere este TERMO DE COLABORAÇÃO.

5.4. Fica declarado pelo Secretário Municipal, signatário deste termo, que em eventuais termos aditivos, indicar-se-ão os créditos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, quando se tratar de Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA

6.1 - Este instrumento entra em vigor a partir de **10 de julho de 2024** e terá vigência até **31 de janeiro de 2025**.

6.2 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da OSC, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do fim da vigência prevista nessa Cláusula.

6.3 - A vigência poderá ser alterada por prorrogação de ofício, quando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA der causa a atraso na execução do objeto, limitada ao exato período do atraso e antes do término da vigência da parceria.

6.4 - A prorrogação de ofício será formalizada nos autos mediante termo de apostilamento, com comunicação à OSC.

CLÁUSULA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

7.1 - A liberação dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, em consonância com o cronograma de execução.

7.2 - No caso do cronograma de desembolso prever mais de uma parcela de repasse de recursos, a liberação de cada parcela só ocorrerá após:

7.2.1 - A OSC apresentar a prestação de contas das parcelas anteriores – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL - nos termos do disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e da Cláusula Décima deste termo;

7.2.2 - A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, responsável pela parceria, verificar a regularidade fiscal da OSC, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1º do art. 38, do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

7.2.3 - Ateste do gestor da parceria; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2.4 - Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas anual ao término de cada exercício.

7.3. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:

8.1 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

8.1.1 - Transferir para a conta específica da parceria os recursos financeiros previstos para a execução do supramencionado projeto, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho;

8.1.2 - Acompanhar a execução da parceria, avaliando os seus resultados e reflexos;

8.1.3 - Zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, inclusive no que refere à Transparência e Controle, conforme disposto no Capítulo II, desse Decreto, e demais atos normativos aplicáveis;

8.1.4 - Apreçar as solicitações apresentadas pela OSC no curso da execução da parceria;

8.1.5 - Orientar a OSC quanto à prestação de contas, inclusive fornecendo normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos;

8.1.6 - Analisar e julgar as contas apresentadas pela OSC;

8.1.7 - Analisar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas por escrito, acompanhadas de justificativa e que não impliquem na alteração do objeto apoiado;

8.1.8 - Prorrogar de ofício a vigência do termo sempre que houver atraso na liberação dos recursos pactuados, independentemente de solicitação;

8.1.9 - Definir o destino dos bens remanescentes após o fim da execução do termo, celebrando TERMO DE DOAÇÃO, caso solicitado pela OSC, por meio de ofício, cuja autorização ficará a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

8.1.10 - Não realizar, nem autorizar qualquer tipo de publicidade atinente à presente parceria, nos três meses que antecedem ao pleito eleitoral municipal, nos termos do art.73, inciso VI, "b" da Lei nº 9.504/1997, e observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a referida Lei.

8.2 - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

8.2.1 - Executar a parceria com estrita observância ao plano de trabalho e das cláusulas pactuadas neste termo, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de despesas previstas no art. 60, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.2 - Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos termos do Decreto Municipal nº 11.806/2024, Capítulo VI, Seções II a V.

8.2.3 - Devolver, à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão da vigência, extinção, denúncia ou rescisão do presente TERMO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

8.2.4 - Restituir à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, nos seguintes casos:

8.2.4.1 - Quando não for executado o objeto deste TERMO;

8.2.4.2 - Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas, ou quando esta for reprovada, incidindo a devolução sobre os valores reprovados;

8.2.4.3 - Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO ou fora de seu prazo de vigência;

8.2.4.4 - Nos demais casos previstos no Decreto Municipal nº 11.806/2024 e na Lei nº 13.019, de 2014.

8.2.5. Manter registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive, na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.

8.2.6. Abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetue o depósito dos recursos, unicamente para consecução do objeto deste termo e em conformidade com o Plano de Trabalho.

8.2.6.1 - Manter e movimentar os recursos recebidos na conta bancária, de que trata o item 8.2.6, deste termo, nos termos do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

8.2.6.2 - Manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto nos itens 8.2.6 e 8.2.6.1, deste termo.

8.2.6.3 - Declarar expressamente a ciência das obrigações de que tratam os itens 8.2.6 a 8.6.2, deste termo, bem como informar a conta aberta para receber o recurso como exclusiva para a sua movimentação, conforme ANEXO I, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

8.2.7. - Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

8.2.8. Garantir os recursos humanos e materiais necessários para a execução do objeto do presente termo, sendo vedada a utilização dos recursos recebidos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ou aqueles correspondentes à sua contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida neste termo.

8.2.9. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, dentre outros, relacionados à execução do objeto previsto, neste termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

8.2.10. Remunerar eventuais profissionais envolvidos no projeto respeitando o piso salarial da categoria.

8.2.11. Garantir o livre acesso dos agentes da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aos documentos e informações relacionadas ao presente termo, aos locais de execução do respectivo objeto, bem como de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente.

8.2.12. Divulgar, em página da OSC na internet, caso mantenha, inclusive em redes sociais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações exigidas no § 1º, incisos I ao V, do art. 8º do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.13. Não realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste termo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

8.2.14. Observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a Lei nº 9.504/1997, assim como não realizar despesas com publicidade de qualquer natureza nos 3 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral municipal, nos termos do art. 73, inciso VI, alínea "b" da mesma Lei.

8.2.14.1. Com exceção do período eleitoral de que trata o item 8.2.14, deste termo, poderá realizar publicidade relativamente à parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, veicular e inserir o nome e os símbolos oficiais do Governo Municipal / Secretaria em toda a divulgação relativa ao projeto incentivado, das quais não constem nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS

9.1 - As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, neste termo.

9.2 - Poderão ser pagas, dentre outras necessárias, com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.2.1 - Remuneração da equipe de trabalho, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, relativos ao período de vigência da parceria;

9.2.2 - Custos indiretos, tais como, despesas com internet, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis.

9.3 - Não poderão serem pagas com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.3.1 - Despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

9.3.2 - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

9.3.3 - Despesa cujo fato gerador não tenha ocorrido durante a vigência do instrumento da parceria;

9.3.4 - Pagar despesas a título de taxa de administração;

9.3.5 - Pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Municipal na liberação de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas será o procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria visando a demonstração e verificação do cumprimento do objeto, o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo a fase de apresentação das contas, de responsabilidade da OSC e análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, observado o disposto no Capítulo VI do Decreto municipal nº 11.806/2024, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

10.2 - A OSC fica obrigada a demonstrar à boa e regular aplicação dos valores recebidos, mediante detalhada prestação de contas e comprovação da execução do objeto, que deverá ser apresentada observando o disposto na cláusula sétima, deste termo, nos moldes e prazos dispostos a seguir:

10.2.1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como os demais documentos elencados no art. 81 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada etapa do cronograma de execução, em consonância com o cronograma de desembolso aprovado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

10.2.2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL: deverá conter os documentos elencados no inciso I do § 2º do art. 84, do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE até 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, podendo ser solicitada prorrogação de prazo, por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificada;

10.2.3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: deverá conter os documentos de que trata o art. 86 c/c o art. 87, incisos I, II e § 1º, todos do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e, sem prejuízo da prestação de contas anual, deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.2.3.1 - Quando o final da vigência da parceria não coincidir com o encerramento do ano civil, a OSC deverá apresentar os documentos de que o item 10.2.2, deste termo, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do instrumento.

10.2.4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ÚNICA: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como dos demais documentos elencados no art. 92 c/c o art. 93, incisos I, II e parágrafo único, todos do Decreto municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.3. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em sua análise, deverá considerar, além da prestação de contas de reponsabilidade da OSC, os seguintes relatórios elaborados internamente, conforme o caso:

10.3.1 - Relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;

10.3.2 - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo;

10.3.3 - Os resultados das pesquisas de satisfação.

10.4 - A análise da prestação de contas de que trata o item 10.3, deste termo, não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, entretanto, o cumprimento, pela OSC, do disposto nesta cláusula e nos itens 7.2 a 7.2.4, deste termo, é condição indispensável para a liberação dos repasses de recursos.

10.5 - O descumprimento do disposto nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, determinará a inadimplência e abertura da Tomada de Contas Especial, além das sanções previstas neste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES

11.1 - Na hipótese de descumprimento por parte da OSC, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará ela sujeita às sanções previstas no art. 104 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, observadas as demais disposições contidas nos arts. 105 a 116, do referido Decreto.

11.2 - Este instrumento de parceria poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nos termos do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

11.2.1 – Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

11.2.2 – A Rescisão poderá ocorrer, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção:

11.2.2.1 - Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da OSC;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

11.2.2.2 - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

11.2.2.3 - Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

11.2.2.4 - Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

11.2.2.5 - Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

12.1 - Todas as obrigações sociais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias oriundas da execução e aplicação deste termo serão de total responsabilidade da OSC, ficando excluída qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

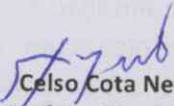
13.1 - A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana - DOEM, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 20 (vinte) dias após a assinatura.

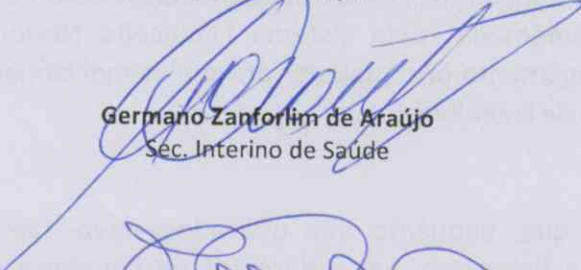
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Mariana, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente termo, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa do caso, com a participação da Procuradoria Geral do Município.

As partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que, na presença das 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mariana, 10 de julho de 2024.


Celso Cota Neto
Prefeito Municipal


Germano Zanforlim de Araújo
Sec. Interino de Saúde


Teresa Cristina dos Santos
Presidente da OSMS – LAR SANTA MARIA

Testemunhas:

1- _____
NOME/CPF

2- _____
NOME/CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, **TERESA CRISTINA DOS SANTOS**, portadora do CPF nº 042.899.346-09 e RG nº MG-225.123, residente na Rua José Gomes Sobrinho, nº 136, bairro São José, Mariana/Mg, CEP 35.426-105, na condição de Presidente da OSC **OBRAS SOCIAIS DE AUXÍLIO À INFÂNCIA E A MATERNIDADE MONSENHOR HORTA - LAR COMUNITÁRIO SANTA MARIA**, CNPJ nº 22.389.787/0001-68, DECLARO SOB AS PENAS DA LEI:

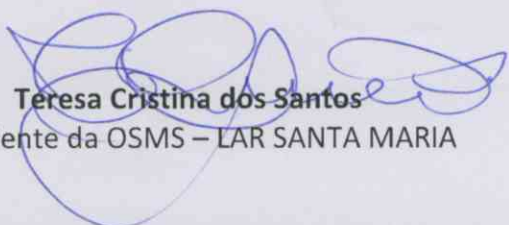
a) Estar ciente de que é minha a responsabilidade de abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, bem como informar a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** da abertura da mesma, com os respectivos dados para depósito;

b) Estar ciente de que a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** efetuará o depósito dos recursos, unicamente na conta bancária específica, nos termos declarados na letra "a", para consecução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO nº 023/2024, em conformidade com o Plano de Trabalho;

c) Estar ciente de que toda a movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica com a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio de transferências eletrônicas, débitos automáticos, boletos bancários ou outras formas regulamentadas pelo Sistema Financeiro Nacional, salvo na hipótese de impossibilidade de pagamento por qualquer dos meios mencionados, desde de que previsto e justificado no plano de trabalho;

d) Estar ciente que, enquanto não utilizados, devo manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, em cadernetas de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

Mariana, 10 de julho de 2024.


Teresa Cristina dos Santos
Presidente da OSMS – LAR SANTA MARIA